



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

PRAXIS

Nº 11 - ANO XV - 2025 - CRESSRJ

♀ Feminismos e Diversidade Trans♀♂



**Travestício
transfeminicídio em foco**

Páginas 4 e 5

**CPE: Desagravo
Público**

Página 10

Editorial

O Serviço Social garante seu compromisso ético com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a eliminação de todas as formas de discriminação e com articulações fundamentais com sujeitos e movimentos do campo democrático!

Fruto de deliberação da categoria durante o 50º Encontro Nacional CFESS-CRESS, a escolha do tema desta edição da Praxis tem o objetivo de debater sobre a atuação profissional de assistentes sociais junto à população trans e travesti, além de destacar a importância da garantia de direitos para essas pessoas.

Discutir o trabalho profissional com essa população significa também um compromisso ético contra toda forma de opressão e discriminação. Assistentes sociais não só atendem essa população nos espaços de trabalho, como há profissionais trans e travestis dentro da própria categoria, conforme apontam os dados do Perfil de Assistentes Sociais no Brasil, e podemos perceber nesta edição da Praxis.

Em 2024, testemunhamos o agravamento das perseguições contra os direitos e as existências trans. Foram assassinadas 122 pessoas trans e travestis, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Por isso, este tema torna-se tão caro ao Serviço Social Brasileiro, sendo parte da agenda do triênio, do planejamento do CRESS-RJ e também das Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS.

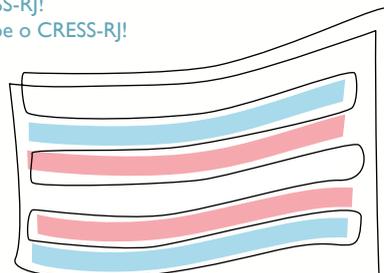
É sob esse manto alarmante destas questões, que trilhamos o caminho de fazer uma revista com esse tema, resposta e reconhecimento das pautas e defesas do Conjunto e do caminho que ainda precisa ser construído na defesa dos direitos dessas pessoas, no dia a dia da profissão.

Nas páginas dessa edição temos uma panorâmica sobre o Seminário Nacional de Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans, sob a ótica de duas agentes fiscais desse regional; falamos da importância do uso do nome social e como fazer sua inclusão no cadastro do Conselho. Também abordamos, através de um entrevista com a Assistente Social Silvana Marinho, sobre as diversas visões sobre tranvesticídio e transfeminicismo além de um verdadeiro guia sobre Desagravo Público, suas características e como pode e deve ser utilizado.

Mergulhe na Práxis. Boa leitura!



Participe das comissões,
NUCRESS e comitês do
CRESS-RJ!
Ocupe o CRESS-RJ!



PRAXIS

PRAXIS n° 109 - Ano XIII - 2023
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Avenida Rio Branco, 31, 18º andar, salas 1801 a 1815 - Centro -
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.090-003 | Telefax (21) 3147-8774
E-mail: secretaria5@cressrj.org.br

Presidenta: Marcia Nogueira da Silva

Vice-Presidenta: Renata Martins de Freitas

1ª Secretária: Francineide Silva Sales Abreu

2ª Secretária: Marcella de Azevedo Pinto

1ª Tesoureira: Anália dos Santos Silva

2ª Tesoureira: Maria Aparecida Evangelista do Nascimento

Seccional Norte Fluminense

Coordenadora: Uly Azevedo

Secretária: Léia Figueiredo

Tesoureira: Giselle Leal

Suplentes: Anderson Fontes da Silva, Márcia Coutinho Estulano e Poliana Poeyes

Comissão de Comunicação e

Cultura: Ana Paula Cardoso (base), Carolina Rocha, Camila Jasmin, Célio Albuquerque, Francineide Sales, Gisele Leal, Jussara Assis, Laura Alves, Léia Martins, Márcia Nogueira da Silva, Mariana Freire e Renata Freitas

Seccional Sul Fluminense - Gestão Provisória (2024-2025)

Coordenador: Raphael Magnus Silva Ortiz

Secretária: Isabela da Cruz Santos Marques Chaves

Tesoureira: Alyne Carvalho Vieira

Suplentes: Julia Carvalho Baylão

Conselho Fiscal: Alessandra Celita Couto Fogaça, Jussara Francisca de Assis dos Santos e Mossicleia Mendes da Silva

Suplentes: Sara de Oliveira Almeida, Rafaela de Souza Ribeiro, Jéssica de Oliveira Silva, Camila Jasmin Martins, Aline Possa Silva Anjos, Cristiana Souza Pessanha e Henrique Mendes dos Santos

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Mariana Freire

Projeto gráfico e diagramação: Turma.Ag Comunicação

Impressão: Travassos Editora

Tiragem: 23.000 exemplares

Data de impressão: 28/02/25

Nome Social

Publicada pelo CFESS em setembro de 2011, a resolução de nº 615, garantiu a inclusão e o uso do nome social da assistente social travesti ou transexual no documento de identidade profissional. De acordo com a carteira da época, o nome social ficava na mesma face que o nome civil.

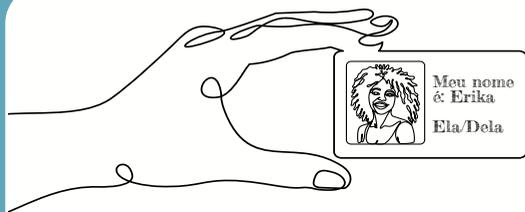
Carolline Araújo de Nonno, uma das profissionais responsáveis pelo setor de registro e anuidade do CRESS-RJ, lembra que “ em 2016, foi aprovada a resolução nº 785 que, revogou a resolução anterior; e definiu o posicionamento do nome social no DIP junto à fotografia, de modo a deixar em segundo plano o nome civil e dar destaque ao nome social no documento”.

Essas resoluções também garantiram que as assistentes sociais pudessem utilizar o nome social nos seus locais de trabalho, no carimbo, no crachá, sobretudo na

assinatura de documentos, juntamente com o número do registro profissional. O nome social é importante porque corresponde à forma como a pessoa se reconhece e se coloca na sociedade.

“É necessário dizer que o nome social não deve ser confundido com um apelido. O nome social é um direito de pessoas travestis e transexuais”, ressalta Carolline. Ao garantir seu uso está sendo respeitada a identidade e a existência da pessoa que o utiliza.

Sim, muitas pessoas confundem nome social com apelido. “Em determinado momento notamos que algumas profissionais que se cadastram no Conselho, preenchem inadequadamente o campo do nome social. Acontece também para quem já é inscrito e faz o recadastramento de informações na plataforma. Em média, corrigimos 50 cadastros por mês”, exemplifica.



Serviço: assistentes sociais que optarem por inserir o nome social junto ao cadastro, podem entrar em contato com o setor de registro e anuidade (registroeanuidade@cressrj.org.br), que serão envidas, detalhadamente, as orientações. Por outro lado, quem optar pela alteração do nome no registro civil, basta solicitar as modificações necessárias mediante apresentação da documentação comprobatória. Não será mais o caso de nome social, mas sim do nome que consta nos seus documentos. Em ambas as situações, o número do registro permanecerá

o mesmo, e uma nova via do DIP será emitida, constando os dados atualizados.

OBSERVAÇÃO: Atualmente a plataforma de Serviços Online do Conselho (<https://cress-rj.implanta.net.br/servicosOnline/>) conta com um atendimento chamado “Atualização de Dados Cadastrais”. Lá a profissional preenche o requerimento e informa que deseja inserir o nome social ao cadastro ou alterar os dados do registro civil, dentre outras opções de atendimento.

Convidamos todas as assistentes sociais a manterem seus dados atualizados junto ao Conselho e a conhecerem a plataforma de Serviços Online do CRESS-RJ!



Durante a 2ª Assembleia Geral Ordinária de 2024, realizada na sede administrativa do CRESS-RJ, no dia 5 de outubro, as conselheiras da entidade conduziram debates sobre a prestação de contas parcial de 2024 e o Plano de Ações e Orçamento 2025. Realizou-se ainda a discussão acerca do valor da anuidade de 2025. O reajuste aprovado, de 5,96%, permitirá a execução das ações propostas na agenda política deliberada para o triênio, destacando questões como acessibilidade e as ações das comissões precípuas, temáticas e dos comitês anticapacitista, antirracista e antiLGBTfóbico. Os parâmetros do reajuste seguiram as diretrizes aprovadas no 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS. O valor da anuidade de 2025, foi definido em R\$ 606,05 (valor integral sem descontos).

Pagamento da anuidade

bit.ly/Anuidade_CRESSRJ



Serviços Online

(anuidade, cancelamento do registro e emissão de certidões)

bit.ly/CRESSRJ_Online



Um olhar atento sobre o travestício-transfeminicídio

Menção Honrosa no Prêmio CAPES de 2024 da área de Serviço Social, a tese de doutorado “Por um ensaio feminista do travestício-transfeminicídio”, da assistente social Silvana Marinho, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-UFRJ), é pauta relevante.



Assistente social Silvana Marinho, pesquisadora da tese “Por um ensaio feminista do travestício-transfeminicídio”.

Nesta edição, Praxis conversa com Silvana, representante externa do Conselho Estadual de Direitos da População LGBT (CELGBT), sobre a importância da pesquisa para o cotidiano de trabalho da categoria.

“

○ que a pesquisa desenvolveu?

A pesquisa desenvolveu um ensaio feminista à construção teórico-política desse fenômeno social no Brasil como um campo de investigação, pela análise histórica e conjuntural,

trazendo seus determinantes histórico-estruturais à luz da formação social brasileira e da conjuntura atual da necropolítica de gênero, particularmente com a fusão neoliberalismo-neoconservadorismo e a cruzada antigênero. Essa é uma conjuntura observada no mundo todo, mas que tem particularidades no Brasil, por ser um país de capitalismo dependente e periférico, com diversos ataques ao Estado Social e às políticas públicas de perspectiva pluralista de direitos humanos, conformando uma paisagem de barbárie da questão social.

A principal questão da tese foi afirmar a transfobia letal como uma expressão da violência de gênero estrutural da sociedade brasileira, denominando os assassinatos de motivação misógina contra as mulheres trans de travestício-transfeminicídio, em coro com o que reivindica o movimento de travestis e transexuais na América Latina, em uma estratégia política de denúncia à omissão estatal para com o fenômeno. Essa denominação é em razão de ser a identidade de gênero mais vitimada por esse tipo de crime de ódio, reconhecendo também a travesti como identidade latino-americana.

“

Qual o quadro do fenômeno no Brasil de hoje?

O travestício-transfeminicídio não existe hoje como um tipo penal, como já é tipificado o (cis)feminicídio pela Lei 13.104/2015. Mas, ele existe enquanto um fenômeno social negado flagrantemente pelo poder público. As travestis e mulheres transexuais estão sendo negligenciadas pelas bases de dados oficiais brasileiras, quer sobre a violência de gênero, quer sobre a violência LGBTIfóbica, no âmbito da segurança pública, da pasta dos direitos humanos e do setor de saúde.



É o ativismo trans organizado que tem protagonizado a produção de dados sobre a violência transfóbica. Desde 2017, a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) publica um Dossiê com a fotografia dessa violência. Ao longo de quinze anos consecutivos constata-se que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais, conforme o ranking da Transgender Europe (TGEU), Organização Não Governamental (ONG) europeia que vem monitorando a violação dos direitos humanos da população trans em 71 países, a partir de informações de instituições e do movimento social.

Nas últimas 6 edições do Dossiê da ANTRA, vemos que a totalidade do quadro mensurado de violências assumiu uma feição hiperbolizada da barbárie: houve aumento de mais de 50% nas tentativas de assassinato; mais de 30% de suicídio e mais de 40% de violência doméstica. As travestis negras assassinadas são quase 80%, evidenciando a abjeção a uma estética trans latina: a travesti racializada.

Um dado gravíssimo é a idade das vítimas. A média etária de mulheres trans assassinadas corresponde às mais jovens (de 18 a 29 anos), reduzindo a expectativa de vida dessa população trans, mensurada em 35 anos.



De alguns anos para cá temos visto o aumento de parlamentares trans. Como podemos avaliar essa situação?

Em 2022 tivemos um marco na história das eleições gerais com as primeiras mulheres trans eleitas como deputadas federais: Érika Hilton (Psol/SP) e Duda Salabert (PDT/MG), inclusive dentre as mais votadas. O projeto Transfobia em Dados – que cobre a temática trans no Brasil sob o olhar do jornalismo e da elaboração de políticas públicas – levantou a informação de que

as candidatas trans sofreram ao menos 665 ataques transfóbicos nas redes sociais durante o período eleitoral de 2022, apurando que “Deus”, “Brasil” e “Direita” foram as principais palavras mencionadas nas descrições dos agressores, discursos típicos daquele cidadão que repele a pluralidade.



Quais são as principais conclusões e reflexões que precisamos ter após essa pesquisa?

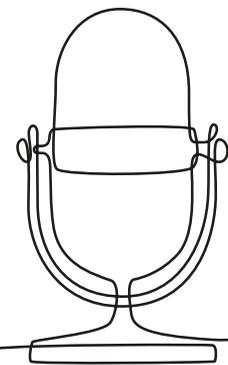
A de que as corporeidades trans vivem um processo de perseguição e resistência. Sua politização na esfera pública, já desde os anos de 1990, alterou as relações de poder. Não à toa crescem as reações antigênero e o ódio anti-trans. Ou seja, a transfobia se realiza na medida em que as mulheres trans exercem resistência à matriz colonial e hegemônica de gênero. Afinal, o uso da violência, como forma de manter a dominação, apresenta-se quando a ideologia patriarcal não se revela suficientemente disciplinadora.

Deixo aqui uma tarefa conceitual e política de problematizarmos a universalização da violência feminicida no Brasil, ultrapassando o olhar cisgenerificante da violência de gênero. Isso é importante para conhecermos como ele ocorre concretamente nos corpos femininos e pensarmos respostas estruturais ao seu enfrentamento. Uma tarefa para a academia, para a planificação e consecução das políticas públicas, para a ação política dos feminismos e para o Serviço Social brasileiro, que tem o enfrentamento à transfobia como uma prioridade de agenda política, visto que defender os direitos humanos e a diversidade humana é um compromisso ético-político de nossa profissão.



Ouçá o episódio
do PODCRESS

**Dia Nacional da
Visibilidade Trans**





COFI

Realizado nos dias 3 e 4 de setembro de 2024, em Belo Horizonte, o Seminário Nacional Serviço Social, Feminismos e Diversidades Trans, organizado pelo CFESS e pelo CRESS-MG, trouxe alguma luz e potencializou muitas questões sobre o tema.

Construído por assistentes sociais cis e trans de vários pontos do país, o evento reuniu cerca de 500 participantes, entre elas as agentes fiscais do CRESS-RJ Marenilse Saturnino da Silva e Maria de Fátima Valentim Pessanha.

“Foi muito bom conhecer e poder dialogar com muitos profissionais de Serviço Social travestis e trans. Devo admitir que a gente tem que aprender muito e isso foi uma reclamação das palestrantes o tempo todo, da dificuldade de serem tratadas com os pronomes corretos, tanto que os crachás eram adaptados para que o pronome de tratamento fosse utilizado corretamente”, recorda Maria de Fátima.

“O seminário foi um marco importante para nos atualizarmos das concepções teóricas que estão em disputa; dos avanços no campo das lutas políticas e também no conhecimento do trabalho realizado por essa população e para essa população. A Cofi precisa se aproximar de toda a categoria de assistentes sociais, conhecer seus desafios e suas potencialidades para realizar orientações e fiscalizações adequadas à realidade”, sublinhou Marenilse Saturnino.

Em sua fala durante o seminário, Mayara Saraiva, assistente social e mestra em Serviço Social pela UERN, destacou a urgência de reconhecer a realidade trans como parte intrínseca da luta feminista e dos direitos humanos. “Precisamos construir pontes ao invés de muros, estar juntas na luta por um feminismo que não deixe ninguém para trás”, afirmou.

“Hoje há uma agenda antigênero, que em alguns momentos recai com maior incidência sobre pessoas trans, isso em todos os espectros políticos, por ter se tornado uma pauta que causa desconforto. Isso agrava a nossa luta pela interseccionalidade nas políticas públicas e nos espaços de controle social. Precisamos em definitivo romper com a violência, pois queremos ocupar os lugares que desejamos”, denunciou durante o evento Bruna Benevides, travesti, feminista, sargenta da Marinha e presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

O seminário apontou para questões que foram pouco refletidas com rigor, até aqui. “Nós temos a resolução 615 (de 2011) que dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social por assistentes sociais trans e travestis no documento de identidade profissional. No entanto, a inserção dessa informação nos instrumentos internos dos CRESS ainda é recente”, destaca Marenilse.

O debate sobre diversidades trans e feminismos é realmente amplo e irá exigir de todos muitas reflexões e mudanças de atitudes. “Há diversidade dentro da própria diversidade. Mas, o que há de se entender é que não há contrários. E as pessoas querem apenas ser o que são porque não infligem o direito de ninguém” analisa Maria de Fátima que recordou a conversa com uma mulher trans, durante o seminário, da qual escutou que algumas mulheres cis não defendiam os direitos das mulheres trans, simplesmente porque não as reconheciam como mulheres.

Entre as pessoas que debateram no Seminário Nacional Serviço Social, Feminismos e Diversidades Trans merece destaque a participação de Pâm Herrera. Pessoa trans não binária e bacharel em Serviço Social, tratou da

importância do acolhimento no atendimento à pessoa intersexo. “É importante tratarmos deste conceito, pois estamos falando de pessoas que não se enquadram nas normas médicas e sociais para corpos femininos ou masculinos. Nesse contexto, coloca-se para nós o desafio de combater estigmas, preconceitos, ódio e a direção de humanizar corpos e existências dissidentes”, disse Herrera.

Outro depoimento que marcou a todos foi o de Fabian, homem trans e coordenador do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat). “É fundamental contarmos com o apoio do Serviço Social, na perspectiva da intersetorialidade, para uma atuação profissional compromissada com o combate à discriminação contra os homens trans, cujas violências e angústias eu vivencio todos os dias”, alertou.

“É importante nossa reflexão interna enquanto conselho de orientação e fiscalização profissional. Nós precisamos fazer essa reflexão institucionalmente, pensando justamente em dar visibilidade aos assistentes sociais trans. A gente tem feito esse debate, adequando alguns termos, instrumentos de registro, procurando captar quem são, quantas são essas pessoas para incluí-las verdadeiramente em nossas instituições, tanto quanto no ponto de vista de orientação de categoria profissional. (..) É importante refletir a questão do acesso, se a gente está sendo acessível para essa população, porque ainda é uma parte da categoria invisibilizada, não temos essa população contabilizada”, segundo Marenilse.

Mesmo já estando como uma atividade prevista por

deliberação, como ressalta Marenilse, “ todos os funcionários dos conselhos, não apenas os agentes fiscais, precisam conhecer essas normas, precisam realizar práticas que sejam contrárias à QUALQUER TIPO discriminação.”

Importante registrar que a COFI dispõe de canais de atendimento abertos às assistentes sociais e à população em geral, para orientar e intervir em situações que envolvam o exercício profissional de assistentes sociais em todas as áreas de atuação.



Da esquerda para a direita: Jussara Ferreira (CFESS), Marenilse Saturnino (COFI-RJ), Jussara Assis (coordenadora GEDS) e Fátima Valentim (COFI-RJ).

Assista o primeiro dia do seminário:



Assista o segundo dia do seminário:



Conheça a COFI-RJ:



Questões de dignidade

Para contribuir com o debate desta edição, a Praxis convidou Zuri Moura (ela/dela) e Andreia da Silva Lima para falar sobre questões objetivas e subjetivas da população LGBTI+.



Graduanda de Serviço Social Zuri Moura (ela/dela)

Zuri é Idealizadora e fundadora da Rede Transvesti UFFiana (2022); 1ª diretora transvesti do DCE - UFF (Gestão pra Virar o Jogo); Articuladora política da APIQ (Articulação de Políticas Indígenas e Quilombolas); Pesquisadora na questão étnico-racial, gênero e sexualidade, equidade e inclusão; Coordenadora da AFIDE - UFF; Assessora de Equidade e Inclusão - PROAES; Membro do Perifa Connection; e Princesa da Casa de Ewà, na cena ballroom brasileira. Segue sua entrevista à Praxis:

Quais são os desafios da população trans e travesti em torno dos direitos sociais?

Acredito que o problema central da falta de acesso e ampliação de direitos sociais à população trans/travesti no Brasil seja perpassado pela falta de humanidade alocada sobre esses corpos dentro do conjunto de experiências sociais. É esgotado o debate acerca da violência sobre a nossa comunidade, por isso acredito que a propositiva deva ser de enfrentamento às vulnerabilidades a que somos expostas diariamente, em marco da questão social que dilacera muitas formas de subverter a lógica do capital sobre nossas vidas.

Pode contar um pouco sobre experiências em campo de estágio no atendimento à população LGBTI+ e como estagiária travesti?

O marco da nossa graduação é iniciar o campo de estágio, porém é muito delicado pensar na perspectiva da própria continuação da vida social sem adentrar o pilar que nos move: salário (bolsa, auxílio, ajuda de custo). Esse elemento é central para a permanência estudantil e pela sua ausência fui evadida do campo de estágio (2023.2). Compreendo que ser uma estudante trabalhadora e ser uma pessoa trans/travesti na graduação seja muito árduo. No entanto, tive a oportunidade de retornar ao campo de estágio (2024.2) de forma remunerada e com enfoque de trabalho na garantia de direitos humanos e na ampliação de direitos sociais à população LGBTI+, o que foi a realização de um desejo pessoal muito grande. Infelizmente a transfobia e

o racismo são agentes fiscalizadores que permeiam as estruturas da sociedade, sendo incongruente a existência de corpos trans/travestis em espaços diferentes de uma esquina de prostituição. **Ao longo do meu processo de estágio foi e é reiterado a mim a todo instante a não permissividade de um corpo negro e travesti disputar a cientificidade e contribuir para o aprimoramento da categoria profissional a que me propus a debruçar em meus estudos e pesquisas.**

Conte um pouco sobre as lutas através dos movimentos sociais, sobre as articulações políticas em prol dos direitos da população LGBTI+ e sua vivência como estudante de serviço social.

No ano de 2022, com o retorno do ensino presencial após a pandemia da COVID-19, eu senti o forte impacto da solidão negra e travesti dentro da universidade, eu me procurava entre os meus colegas e professores e não me encontrava, o que parecia muito contraditório para mim, mas um espectro muito comum para todas as pessoas que ali estavam. A fim de transformar a dor em luta, fundei o coletivo Rede Transvesti UFFiana na Universidade Federal Fluminense para reivindicar a resistência de estudantes trans/travestis da graduação e pós-graduação. Neste mesmo ano, o coletivo conquistou a existência de uma cadeira específica para a abordagem da temática trans/travesti, dentro do Diretório Central dos Estudantes Fernando Santa Cruz (DCE/UFF), durante o seu período da gestão “Para virar o jogo”. Esse trajeto me impulsionou a sonhar cada vez mais alto. Por meio de forte incisão do movimento trans universitário organizado, junto a articulações com o movimento social LGBTI+ nos âmbitos municipal, estadual e nacional, conseguimos trazer a emergência sobre a criação de uma política pública social de reserva de vaga a pessoas trans e travestis na UFF.

Ao longo de dois anos organizei a luta de pessoas trans e travestis dentro e fora dos muros da universidade, coordenei muitas frentes de trabalho para promover um futuro de maior dignidade a minha comunidade, sendo reconhecida ao mérito sete vezes pelas entidades da Câmara Municipal de Niterói e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A Rede Transvesti UFFiana reivindica a política de cota para a população trans/travesti na graduação e pós-graduação em todos os cursos da universidade, sendo ela a relatora da linha processual de minutas e de pareceres sociais. No dia 19 de setembro foi oficiada a reserva de vaga de 2% para todos os cursos de graduação, em todos os Campis da UFF, valendo para o primeiro semestre de 2025. Porém, ainda é necessário lutar pela ampliação da assistência estudantil.

Na conjuntura social da população LGBTI+ precisamos tencionar o debate acerca da empregabilidade e educação enquanto porta de saída para a violência que ceifa vidas e famílias no Brasil. Essa resposta precisa ser alargada pela coletividade que se afirma revolucionária, progressista e aliada do movimento LGBTI+. É preciso semear no presente os frutos a serem colhidos no futuro.



Assistente social Andreia da Silva Lima e participantes do projeto *Trans + Respeito*, realizado pela Coordenadoria de Diversidade Sexual na gestão de 2017-2021, da prefeitura do Rio de Janeiro.

Andreia foi assistente social da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual – CEDSRIO e Hotel LGBT da Prefeitura do Rio de Janeiro, é base da GEDS e representação externa do CRESS-RJ no Conselho Estadual de Direitos da População LGBT (CELGBT). Segue sua entrevista à Praxis:

Conte um pouco sobre sua atuação com mulheres trans e travestis.

Minha atuação com mulheres trans e travestis começou em final de 2017 quando a Coordenadoria de Diversidade Sexual da prefeitura do Rio de Janeiro estava selecionando assistentes sociais concursadas para atuar junto à equipe que estava se formando.

Até aquele momento eu não tinha qualquer atuação com a população LGBTI+ e posso dizer que aprendi na prática com as pessoas trans que eram minhas colegas de trabalho. Antes de buscar as referências teóricas, técnicas e legais ouvi as pessoas trans que compunham a equipe e a partir dali fui buscar as legislações e referências dentro e fora do Serviço Social para construir o meu planejamento de trabalho. A GEDS (Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS-RJ) foi o espaço que procurei para me capacitar inicialmente.

Quando comecei a ouvir os relatos de opressões e violências, inicialmente das colegas de trabalho e depois fui analisar os dados, percebi que a “dificuldade” que algumas pessoas têm em tratar as pessoas no gênero que se identificam era uma forma de reforçar e ratificar as violências. Violência essa que não está nas estatísticas de forma clara, mas que podem causar suicídios. Por isso, respeitar a identidade de gênero é um princípio ético e enquanto profissionais não temos que questionar a identidade de gênero de ninguém.

Conte um pouco sobre as lutas através dos movimentos sociais, sobre as articulações políticas em prol dos direitos da população LGBTI+ e sua vivência como profissional de serviço social.

Existem muitos movimentos sociais e ongs que atuam com a população LGBTI+. Eu sou uma mulher cis hétero, atuei na política pública LGBTI+ e meu lugar é como profissional, na luta pelo direito de as pessoas serem atendidas com respeito à sua identidade de gênero e orientação sexual. Os movimentos sociais têm o papel de cobrar o poder público e ali estou como poder público para ser cobrada e realizar o trabalho que o movimento social luta para ter. Assim, sempre apoio e ouço os movimentos sociais, mas entendo o meu papel enquanto poder público.

Existem assistentes sociais que atuam, lutam e militam nos movimentos sociais e, por vezes, vão atuar no setor público. Não é o meu caso, eu estava no setor público. A articulação com os movimentos sociais me fez entender quais eram as demandas e questões pelas quais eles lutavam. Para que eu, no setor público, pudesse realizar. Então, ali, eu não estou na posição de exigir; mas sim de executar o que o movimento social exige. É lógico que vamos atuar juntos, vamos atuar com as mesmas lutas. Mas meu papel principal é fazer com que as exigências dos movimentos sociais se transformem em políticas públicas.

E mesmo que isso não esteja lá explícito eu utilizo essas demandas no meu exercício profissional. Nem tudo precisa estar ali legalmente colocado. O uso do nome social ou do banheiro a partir da identidade de gênero com a qual a pessoa se identifica, por exemplo, isso é demanda do movimento social, independe de já haver legislação. Eu, como poder público, preciso buscar formas de fazer com que a minha atuação transforme essas ações. Eu atuo com essa população dentro do setor público, então a minha articulação com o movimento social e com as outras instituições na defesa de direitos da população LGBTI+, principalmente das mulheres trans, que dentro da questão LGBTI+ é o público mais vulnerável, vai precisar existir, independentemente do tempo do legislativo. Isso faz com que eu esteja antes dessa luta com o legislativo, com o judiciário, eu vou estar ali atuando na defesa dessa população para executar o serviço. O movimento social vai estar para exigir. Eu vou estar para executar!

Que outra discussão você acha importante trazer?

A identidade de gênero e orientação sexual são dados importantes a serem registrados em nossos instrumentos. Mas, antes de tudo eu questiono: o que será feito com essa informação? Irá servir para garantir o direito à identidade de gênero e orientação sexual dessas pessoas, principalmente das mulheres trans e travestis?

Atuamos na vida das pessoas para além dos documentos que ratificam nome e gênero com o qual as pessoas se identificam. Afinal, esses documentos, infelizmente, não fazem com que mulheres trans e travestis não estejam expostas a diversas formas de violência. Assim, nossa atuação vai além do nome social e da ratificação de pré-nome e gênero, na verdade continua, pois esse direito será questionado e violado a todo momento e temos que estar nas instituições para contribuir na defesa dessas mulheres também nesses momentos.

DESAGRAVO PÚBLICO CRESS RIO

O/A assistente social, inscrito/a no CRESS RJ, que for ofendido/a, atingido/a em sua honra profissional ou desrespeitado/a em seus direitos e prerrogativas, conforme art. 2º alínea “e” do Código de Ética Profissional, poderá apresentar junto ao Conselho requerimento de solicitação de Desagravo Público, que deverá ser assinado pelo(a) denunciante e enviado como anexo para o e-mail etica@cressrj.org.br, com a indicação no assunto Desagravo Público. Também,

poderá ser entregue e protocolado diretamente na Sede ou nas Seccionais Norte e Sul Fluminense.

Os procedimentos para a realização de Desagravo Público constam na Resolução Cfess nº 443/2003.

Desagrar publicamente significa que o Conselho poderá, após análise e aprovação do Conselho Pleno, reparar a ofensa publicamente dirigida ao/a profissional ou à profissão, mediante emissão de um parecer por parte do(a) conselheiro(a) designado(a) para relatoria e apreciado/debatido pelos(as) demais conselheiros(as) presentes na reunião.

Importante chamar a atenção para o fato de que se o/a ofensor(a) for assistente social, NÃO cabe o pedido de Desagravo Público, mas sim denúncia ética.

Sobre o vídeo **“3 razões para não dar entrada no BPC pelo CRAS”**, produzido pela advogada Roberta Reis Coelho ao mencionar que: **“por mais que os assistentes sociais tenham boa vontade, é muito comum a maior parte dos pedidos de LOAS, dado à entrada pelo CRAS, serem indeferidos”**

Na fala de Roberta Coelho, torna-se notória a **reprodução de desinformações sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, bem como o exercício profissional de assistentes sociais.

É IMPORTANTE DESTAGAR

que os equipamentos da rede socioassistencial possuem um corpo técnico multiprofissional, que inclui assistentes sociais. Neste âmbito, **cada profissão possui prerrogativas particulares**, que estão diretamente relacionadas às competências e atribuições privativas forjadas no processo de formação.

A inscrição do **Cadastro Único**, realizada no CRAS, é uma das condições necessárias para o acesso ao BPC.

Precisamos valorizar o SUAS e as equipes técnicas que ali atuam.

A ÍNTEGRA DO DESAGRAVO ESTÁ AO LADO NO QR CODE



NUCRESS

Para tratar do tema diversidades nos territórios dos NUCRESS, nesta edição Práxis conversou com Matheus de Paula, integrante do NUCRESS Maria Conga e Andorinhas, assistente social na educação básica de Nova Iguaçu e assessor técnico do Programa Rio sem LGBTIfobia, que tem vasta experiência com atendimento à população de jovens trans.

“A população trans é um público que conjuga de uma forma particular uma série de opressões, desigualdades sociais e violências. Isso faz com que os atendimentos, quase todos, tragam uma carga muito alta de demandas” ressalta Matheus de Paula.



Matheus de Paula, assistente social integrante do NUCRESS Baixada Organização e Luta.

Para que existam respostas minimamente qualificadas é necessário que o profissional esteja aberto para construir esse caminho com os usuários. Esse foi o caso de Matheus que quando começou a trabalhar com essa população tinha acabado de sair da graduação e logo ingressou em um serviço especializado. Precisou ser “forjado” junto aos usuários e usuárias com relação a sua atuação profissional, para “minimamente atender suas necessidades e promover acesso a direitos, contribuindo com suas trajetórias de vida”, de acordo com de Paula, que experienciou vários atendimentos com jovens trans.

A infância-adolescência costuma ser um período muito dramático para a população LGBTI+, de exposição, há muitas violências, objetivas e subjetivas, somadas a todas

as consequências que serão geradas a partir daí.

“O que para crianças e adolescentes que não são dissidentes de gênero/sexualidade costuma ser comum, para a população LGBTI+ não é”, diz Matheus, para logo em seguida exemplificar. Se por um lado, o adolescente não dissidente de gênero tem na família um espaço de proteção primário, isso não acontece com o jovem LGBTI+. Nesse caso a família não exerce esse papel”.

Se a escola é considerada como um espaço primordial de socialização para crianças e adolescentes, para a população trans nessa faixa, não é. “Se você for escutar relatos de qualquer LGBTI+ de como foi estar na escola, ele vai dizer que foi terrível. A LGBTIfobia se veicula de forma desenfreada na escola. É necessária muita atenção da equipe escolar”.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população trans, traz dados bastante alarmantes sobre a idade média de expulsão de casa desse público: 13 anos.

“O que costuma acontecer é que, imediatamente após o rompimento do vínculo com a família, ocorre evasão escolar, e essa pessoa fica exposta à exploração sexual... É uma pessoa em desenvolvimento que tem seu processo de crescimento totalmente roubado”, explica Matheus.

E quando essa população chega para o atendimento junto ao Serviço Social traz uma carga alta de sofrimento e de não acessos. “Procuram o equipamento para buscar informações sobre hormonização, sobre documentação de acordo com o gênero, etc. Entretanto, na entrevista social começamos a descortinar uma série de demandas implícitas que a gente, de alguma forma, precisa articulá-las durante o acompanhamento e construir juntos o caminho para atendê-las”, sublinha de Paula.

A proteção integral de adolescentes trans é um desafio urgente. No estado do Rio de Janeiro o único local que realiza acompanhamento em saúde especializado na adolescência trans é o Projeto Aquarela, na UERJ. E o trabalho ainda é mais complexo. “Se a gente for considerar o papel das instituições que protegem crianças e adolescentes, a atenção à demanda de adolescentes trans não vai existir. Isso, quando essas instituições não intervêm na direção de reforçar uma postura transfóbica”.

Há muito que se trabalhar, no estado, no país, sobre essa realidade!

Seccional Norte Fluminense

Para conhecer um pouco mais o atendimento do poder público à população LGBTI+ na Seccional Norte Fluminense, a Praxis ouviu Alec de Oliveira — assistente social, ativista e pesquisador de saúde e gênero, atuando no interior na promoção de direitos humanos e no fortalecimento das políticas públicas inclusivas.



Assistente Social Alec de Oliveira.

“Aqui no interior não temos atendimento especializado. O único equipamento público que possui a população LGBTI+ como público-alvo é o Centro de Cidadania LGBTI Bia Tancredi (CCLGBTI), que atende o Noroeste Fluminense, e visa alcançar os objetivos do Programa Rio Sem LGBTIfobia; ou seja, o combate à discriminação e a promoção de cidadania. Nele atuo como técnico. Na saúde, não há ambulatório para atender às demandas específicas dessa população. As pessoas aguardam anos na fila da regulação quando o tema é transição. Com isso, acabam auto administrando hormônios e outras substâncias (...) A falta de capacitação dos profissionais é, sem dúvidas, um dos maiores desafios para o acesso

aos direitos.”

Alec também ressalta que, “na maioria das vezes, as pessoas enfrentam a transfobia institucional ao buscar serviços públicos. Isso pode ocorrer através de olhares julgadores ou do desrespeito à identidade de gênero, como o não uso do nome social e pronomes corretos.”

Ele relata que, em um dia de trabalho no CCLGBTI, recebeu a demanda de uma mulher trans que aplicou silicone industrial. “Devido às complicações, ela foi para o hospital e enfrentou uma série de violações. Em meio à luta pela vida, foi desrespeitada, maltratada, o que a feriu profundamente, assim como sua família que presenciou a transfobia.” O pesquisador sublinha o quanto ainda estamos longe de “sermos reconhecidos como cidadãos plenos de direitos”. Essa realidade, segundo Alec, “gera impactos negativos em diversas áreas. Se uma pessoa trans ou travesti procura um CRAS e é tratada desrespeitosamente, tende a evitar outros equipamentos”.

Identificando a falta de capacitação dos profissionais, em especial da saúde, Alec desenvolveu, em sua pesquisa de pós-graduação no Instituto Federal, uma cartilha sobre o atendimento digno para a população trans e travesti na atenção básica. “Esse material será apresentado para a banca de avaliação em breve e distribuído nas Unidades Básicas de Saúde do Noroeste. A cartilha visa proporcionar uma formação sobre gênero e sexualidade, detalhando o fluxo de atendimento nas unidades de saúde, indicando os passos desde o acolhimento até o encaminhamento para serviços especializados”.



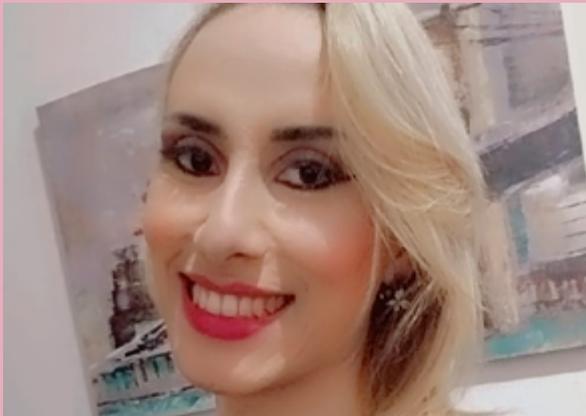
Conheça o conteúdo que o CRESS-RJ já produziu sobre este assunto:

A luta das mulheres negras e lésbicas e o exercício profissional:



Seccional Sul Fluminense

Na Seccional Sul Fluminense escutamos a bacharel Elises Micaely Veiga, que afirma que o Serviço Social tem função primordial de assegurar ao público LGBTI+ a garantia de acesso a direitos fundamentais na sociedade, em especial porque essa parcela da população “encontra-se



Elises Micaely (ela/dela): na luta por direitos fundamentais.

em situação de vulnerabilidade diante da negligência dos seus direitos”.

Para Elises, a luta é árdua e desafiadora. De modo mais contundente em sua região. “Acredito que o maior desafio seja a inserção no mercado de trabalho, algo ainda mais difícil dentro da área onde resido. A triagem e o encaminhamento para o mercado de trabalho são de fundamental importância. Eu mesma ainda não atuo na área e tenho certeza de que o preconceito que encontro aqui em minha cidade é o que explica isso. A mudança nos meus documentos é recente, então as empresas encaravam como divergência nos processos seletivos que participei. As fotos do currículo eram de uma ‘mulher’, mas no meu documento constavam informações sobre alguém do ‘sexo masculino’. Acredito então que deve haver leis e políticas que instruem sobre essas situações, da mesma forma que já existem para outros públicos. A quase inexistência dessas políticas nos coloca em uma situação de vulnerabilidade social porque não aparecem empregos formais e muitas vezes somos empurradas para atividades que não desejamos. Dentro da minha área, na região da seccional, eu não tive oportunidade. Fiquei por nove anos aqui e apenas recentemente consegui a primeira triagem para uma entrevista. Me soa como se não se interessassem pela minha capacitação e características profissionais, o que é muito triste”.

Elises finaliza: “Eu fiz meu juramento profissional. E uma das minhas obrigações, umas das minhas competências específicas é defender o que está previsto em nosso

Código de Ética. Eu sou a resistência, então eu não poderia ter outra postura que não essa.”

Sandro Hernani, também da Seccional Sul Fluminense, é coordenador do Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT+ região das Agulhas Negras, pertencente ao programada Estadual Rio sem LGBTIfobia, e conta um pouco sobre sua experiência na região e como avalia o atendimento do setor público a essa população.



Sandro Hernani: militante da causa LGBTI+ há mais de 15 anos.

“Como militante das causas LGBTI+ atuo há mais de 15 anos pela implementação dessa política pública de direito. Ao longo dos anos, percebo que a temática de Feminismos e Diversidade Trans precisa ser cada vez mais debatida. Aspecto que merece destaque é o fato de que muitos dos colegas de profissão colocam valores ideológicos de política e religião à frente do projeto ético-político da profissão, impedindo a execução de um trabalho de excelência. Muitas vezes esses profissionais não cumprem os valores defendidos durante o juramento realizado na colação de grau. Para que assistentes sociais e demais profissionais, como psicólogos, e mesmo para que as políticas públicas do SUS estejam alinhadas com as demandas dessa parcela da população, é necessário que os cursos, qualificações, seminários, jornadas formativas e de letramento sejam constantes. Tudo isso faz parte do processo”.

Por fim, Sandro destaca: “A gente constantemente precisa fazer uma autorreflexão sobre os valores com que nos deparamos em nossa formação e fizeram parte da graduação como Assistentes Sociais. Eles precisam se perpetuar após o término da graduação, na prática da profissão e pelo resto da nossa vida”.



51º Encontro Nacional Conjunto CFESS-CRESS



Delegação Rio no 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, em Belo Horizonte.

Entre os dias 05 e 08 de setembro, em Belo Horizonte (MG), foi realizada a etapa de monitoramento das ações e projetos deliberados para o triênio 2023-2026, dando início ao 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, com o tema: “O amanhã não está à venda - resistências na luta anticapitalista diante da crise ambiental”.

A atividade, realizada pelo CFESS e pelo CRESS-MG, representa o fórum máximo deliberativo de categoria de assistentes sociais no Brasil.

Assista aqui a Conferência de Abertura!



Delegação Rio de Janeiro

A chamada das delegações de todos os estados sempre representa momento de integração nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS, o que se repetiu no 51º Encontro. O CRESS-RJ foi representado por sua delegação, composta por 25 participantes eleitos e referendados em Assembleia Geral Ordinária, no dia 18/05/24, divididos entre conselheiras, membras de seccionais, assistentes sociais de base, observadoras e convidadas.

Para Márcia Nogueira, presidenta do CRESS-RJ, o Conselho segue fiel ao propósito de cumprimento de seu planejamento. “A fase de monitoramento nos levou a um olhar bem minucioso, redesenhando nossa missão para uma estrutura mais alinhada, a fim de atingir da melhor forma os principais objetivos que planejamos alcançar até o final do triênio. Nos apropriamos de maneira mais organizada com vistas

ao ambiente externo, gerenciando e aprimorando o desenvolvimento de cada ação, em busca de maiores e melhores oportunidades, considerando, o sujeito de direito, como elemento central. A gestão ‘A Liberdade é uma Luta Constante’ traz como identidade a coerência entre a realidade territorial, compromisso ético-político da profissão, o contexto histórico das lutas de outras gestões e o compromisso de materializar os objetivos deste planejamento.”

Sou assistente social: nossas bandeiras pulsam liberdade!

Esse foi o slogan da campanha de gestão CFESS-CRESS para o triênio 2023-2026, lançado durante o Encontro. Em um Brasil onde as liberdades democráticas estão constantemente sob ameaça, a campanha se ergue como um grito de resistência, chamando para a luta contra forças políticas que enfraquecem a democracia, e, ao mesmo tempo, defendendo sua radicalização, com a socialização da participação política e da riqueza coletivamente produzida.

O segundo dia do 51º Encontro Nacional, 06/09, teve início com a leitura e aprovação do regimento interno do evento, além de uma mesa que analisou a metodologia de monitoramento das deliberações do Conjunto CFESS-CRESS para o triênio 2023-2026, passando-se para a discussão dos eixos temáticos, que aconteceu também durante o dia 07/09.

Conheça aqui o hotsite da Campanha do triênio 2023-2026



Plenária final e deliberações prioritárias

No último dia de evento, 08/09 — quando que ocorre a plenária final, com os resultados do monitoramento, a definição da composição de GTs/Comissões, a aprovação das moções e a leitura da Carta de BH —, um total de 384 assistentes sociais de todo o Brasil concluíram as atividades do 51º Encontro Nacional CFESS-CFESS.

Na mesa que coordenou a plenária final foi conduzida a aprovação do resultado dos debates, em bloco, por eixo temático, definindo as deliberações prioritárias e orientando os planos de ação para 2025 do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, que deverão ser construídos até o final deste ano.

No eixo de orientação e fiscalização do exercício profissional, que debate as ações precípuas dos Conselhos Profissionais, a priorização será de fortalecimento das ações de visibilidade das atribuições profissionais privativas do Serviço Social, visando o combate às requisições indevidas; continuidade na luta pela implementação da Lei 13.935/2019 (Lei da Educação) e elaboração do volume 2 da brochura

Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.

Uma importante deliberação no eixo da comunicação foi a aprovação do tema para o Dia da(o) Assistente Social 2025 — “Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas”. Ainda durante este eixo, o CRESS-RJ fez o lançamento da Revista Praxis – Especial Anticapacitista, conduzido pela Conselheira Camila Jasmin.

O evento aprovou 23 moções, que constarão do relatório final do encontro, e a Carta de Belo Horizonte, texto político que inclui os compromissos assumidos por participantes do evento, bem como pelos CRESS e pelo CFESS, diante da conjuntura do país.

Veja aqui as demais deliberações prioritárias, a Carta de BH e o Relatório Final do 51º Encontro Nacional



DESCENTRALIZADO



Delegação Rio no 51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste sediando o evento.

O 51º Encontro Descentralizado dos Conselhos Regionais de Serviço Social da Região Sudeste foi realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ, entre os dias 24, 25 e 26 de julho, com o tema: “Nossos corpos não são alvos! Serviço Social na Resistência cotidiana para transformação societária radical”. Participaram do Encontro 125 pessoas, entre representantes dos CRESS da Região Sudeste, representantes do CFESS, convidados e a Comissão Organizadora do CRESS-RJ.

O 51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste possibilitou ao CRESS-RJ a responsabilidade de sediar o Encontro e consolidar o relatório final do evento, apresentando a síntese da construção de cada debate, a partir da troca realizada nos eixos, o

que será levado para o 51º Encontro Nacional. O Relatório Final do 51º Encontro Descentralizado Região Sudeste, com Regimento Interno, sínteses por Regional (MG/ES/SP/ RJ), Carta do Rio de Janeiro, moções aprovadas em plenária final e avaliação das delegações e anexos, está disponível no site deste regional — [https:// www.cressrj.org.br](https://www.cressrj.org.br) — e no QR Code abaixo:





Assista a todas as aulas



Cursos

Realizado de forma online, entre fevereiro e novembro de 2024, o curso 'Serviço Social e Seguridade Social Ampliada' auxiliou assistentes sociais, bacharéis e estudantes de Serviço Social a se aprofundarem no conceito da Seguridade Social, considerando as bandeiras de luta do Serviço Social brasileiro. Foram realizadas 8 aulas, com uma carga horária total de 32 horas. O curso foi organizado pela Coordenação de Interiorização do CRESS-RJ em parceria com as Comissões de Assistência Social, Comunicação e Cultura, Direito à Cidade, Direitos Humanos, Educação, Previdência Social, Saúde e NUCRESS.



40 anos da COFI-RJ

No dia 04 de dezembro de 2024 foi realizado, no Auditório Silvío Capanema, no Prédio Histórico da OAB (ESAG), o evento comemorativo de 40 anos da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS-RJ. Participaram da cerimônia de abertura a Conselheira Mossicleia Mendes, que coordena a COFI juntamente com a



Assista



Conselheira Jussara Assis; Nízia Vieira, uma das primeiras Agentes Fiscais da COFI, a Professora Yolanda Guerra e a Agente Fiscal Fátima Valentim. Além delas, também participaram a Conselheira Maria Aparecida, coordenadora da Comissão Ampliada de Ética – representando, no ato, a Presidenta do CRESS-RJ, Conselheira Márcia Nogueira, que esteve ausente por questões de trabalho, Jussara Ferreira, Conselheira do CFESS e Cibelle Henriques, Representante da ABEPSS. Durante a cerimônia foi realizada a exibição de um vídeo com a primeira coordenadora da COFI, Auta Iselina. Há registro de todo o evento no Youtube do CRESS-RJ.



Termo de Orientação
Exercício Profissional
Antirracista

Comitê Antirracista

Aconteceu no dia 11 de novembro, de forma online, a primeira reunião do Comitê Antirracista do CRESS-RJ, marco importante na construção de um Serviço Social comprometido com a equidade racial e a justiça social. Durante o encontro, foram debatidas estratégias de enfrentamento ao racismo e alinhamos impressões e expectativas sobre como o Comitê pretende atuar. A ideia é constituir um espaço para discutir desafios da atuação antirracista e uma oportunidade de reunir esforços e contribuir no avanço da compreensão e combate ao racismo no exercício profissional e na sociedade.

18º Encontro de Gerações

“O Código de Ética e o exercício profissional em situações de desastres”: este foi o tema do 18º Encontro de Gerações CRESS-RJ e CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais), que aconteceu dia 12 de dezembro na sede do CRESS-RJ.



O evento contou com as participações de Terezinha de Carvalho Nascimento, representando o CBCISS, Rosane Fratane de Oliveira, da comissão de Instrução e Processos Éticos do CRESS e Maria Aparecida Evangelista, conselheira e coordenadora da Comissão Permanente de Ética. Aline Possa Silva Anjos, militar do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e membra da direção do Conselho foi a responsável por explicar o tema do encontro.

Nomeada Diretoria Provisória da Seccional Sul Fluminense

No dia 16 de agosto, em Assembleia Extraordinária realizada em Volta Redonda, foi eleita — após a vacância total dos cargos ocupados pela gestão eleita em 2023 — a membresia provisória da Seccional Sul Fluminense, composta pelo assistente social Raphael Magnus Silva Ortiz, no cargo de Coordenação e pelas assistentes sociais Isabela da Cruz Santos Marques Chaves, no cargo de Secretária, Alyne Carvalho Vieira, no cargo de Tesoureira e Júlia Carvalho Baylão, no cargo de suplente.



Conselheira-Presidenta do CRESS-RJ Márcia Nogueira, com a Diretoria Provisória: Júlia Baylão, Alyne Carvalho, Raphael Magnus e Isabela da Cruz.

O grupo será responsável por gerir a Seccional até a posse da nova gestão, e terá como principais atribuições a realização do processo eleitoral, nos termos previstos na Resolução CFESS 1030/2023.